



INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

OCCASIONAL PAPER N.º 8

Ser ou não ser o mais forte aliado de Washington?

Bernardo Pires de Lima, Instituto de Defesa Nacional

Depois de se despedir do seu partido na Conferência trabalhista a 26 de Setembro, Tony Blair prepara-se para passar o testemunho, ao que tudo indica a Gordon Brown, mesmo que a liderança seja desejo de outras importantes figuras. Convém, entretanto, reter uma frase marcante do seu discurso, de alcance alargado mas com particular incidência para aqueles que, do interior do seu partido, lhe viraram as costas quando se aperceberam que David Cameron começava a ter alguma vantagem nas sondagens. “*Yes it’s hard sometimes to be America’s strongest ally*”, disse Blair. Afinal, será assim tão penoso politicamente ser aliado da única superpotência liberal, hoje em dia?

O caminho percorrido por Blair até ao Iraque, no que toca a aliança com os Estados Unidos pode ser traduzido na expressão “atlantic intermediary”. O mesmo é dizer que o desejo de liderar algumas das políticas europeias, nomeadamente a PESD, seria mais um passo de credibilização na sua aproximação a Washington. Por outras palavras, Londres teria mais peso no processo decisório americano e na sua política externa se revelasse maior dinamismo e influência no interior do processo europeu. Por isto participou em St. Malo (1998), por isto liderou a “posição europeia” face à sangria no Kosovo (1999), mas foi também por isto que se tornou demasiado refém de Washington aos olhos dos líderes europeus e respectivas opiniões públicas. As duas investidas a Bagdad (1998, 2003) revelaram o peso da aliança bilateral.

Se esta ainda por descortinar todo o processo de decisão até à última guerra no Iraque, cremos que se pode afirmar desde já que Londres não seguiu à risca os ditames da Administração Bush. Por um lado, e tendo em conta a mudança de paradigma internacional que o 11 de Setembro desencadeou, não seria crível que Blair protagonizasse qualquer antagonismo às pretensões de

Washington face ao Afeganistão, casa-mãe dos terroristas de Nova Iorque e Washington. Por outro lado, tendo em conta o estatuto dos EUA no sistema internacional, seria estrategicamente inábil provocar qualquer tipo de divórcio que promovesse outras potências ao lugar que Londres vem ocupando nas sucessivas Administrações norte-americanas. Por fim, Blair percebeu que sobretudo a Administração Bush convergiu, na exacta medida das suas capacidades, a política por si apresentada no célebre discurso de Chicago (1999), onde dava corpo a uma estratégia “internacionalista liberal”, muito em voga nos textos de Michael Ignatieff ou Robert Cooper.

Há, desde logo, um aspecto a reter: não se pode esperar que uma potência liberal, democrata, com um “excepcionalismo” próprio e um sentido histórico de missão global tenha um comportamento imediatista ou voluntarista de total negação com estas directrizes. São estas, precisamente, que fizeram convergir os EUA e a Grã-Bretanha desde 1945 (com altos e baixos, naturalmente) mas que contribuíram decisivamente para formar o mundo que entretanto surgiu – ou parte dele, pelo menos – sem paralelo nas relações internacionais modernas.

E isto conduz-nos ao início deste artigo. Por mero oportunismo, eleitoralismo e rebaixamento político-partidário, diversos membros do New Labour, mais ou menos conhecidos, com maior ou menor peso político, retiraram o apoio ao seu líder, fizeram campanha pública contra ele, porque a guerra do Iraque trouxe demasiados “danos colaterais” ao país. Por outras palavras, e vamos ser claros neste ponto, a hostilidade a Blair e a hostilidade a aliança com Washington, numa secreta esperança que mudando o Primeiro-ministro britânico ou o Presidente norte-americano, o sucesso eleitoral do New Labour estaria garantido.

Dois pontos sobre isto. Primeiro, a aliança com Washington é vital aos interesses britânicos. E continuara a ser, não apenas com benefícios bilaterais, mas sobretudo para proveito do Ocidente. Não haverá qualquer alteração sobre isto, seja ele o PM que for. Mais, a história prova que um vitorioso como Churchill pode perder eleições a seguir a um feito triunfal. A contrario senso, alguém pode garantir que os danos causados pelo pós-guerra iraquiano impeçam novo triunfo? Segundo, pensar que a política externa americana mudara quando Bush regressar ao Texas é obra de idealistas e demais “pensadores” que desconhecem por completo a formulação da política externa americana e que vêm rupturas na mesma consoante o inquilino da Casa Branca.

Isto significa acima de tudo duas situações. A primeira, resulta do parágrafo anterior, isto é, relaciona uma hostilidade à aliança com a Administração Bush ao desapoio político a Blair. Devemos concluir então que quem não quer Blair, quer outra política externa para a Grã-Bretanha também? Sendo assim, não deveriam clarificar este ponto a tempo dos eleitores perceberem o alcance da sua estratégia para o futuro do país?

A segunda, em paralelo com a anterior, parece reconhecer a frase que Blair proferiu no seu discurso de despedida. Por vezes, é difícil ser o mais forte aliado da América. Esta frase tem enorme significado. Por um lado, define claramente o estatuto internacional da Grã-Bretanha. Por outro, traça o desafio do futuro e o combate as ameaças a segurança internacional: estará o

Ocidente ciente delas e a altura de garantir a continuidade da Aliança Atlântica, conceito bem mais alargado do que a NATO?

Dito de outra forma: Percebeu o Ocidente, democrata, liberal, pluralista, constitucionalista, que só com uma aliança forte entre os EUA e a Europa pode garantir a sua existência futura?

O problema está decididamente posto ao contrário. Ser o mais forte aliado dos EUA deveria, mais do que nunca, ser hoje garante de vitória eleitoral, nunca de mesquinhez eleitoralista. Por vezes a política tem vistas curtas e isso, mais cedo ou mais tarde, pode traçar o seu destino.

27 de Setembro de 2006